



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
**HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE**
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



**AUTORITARISMO E AMÉRICA LATINA EM DISCURSOS
PARLAMENTARES BRASILEIROS (2014)**

Kauê Pisetta Garcia¹

Resumo: Este trabalho propõe-se a discutir a forma como parlamentares brasileiros mencionam a América Latina ao falar sobre autoritarismo e direitos humanos. Para pensar este assunto, parto dos Anais da Câmara dos Deputados, e o recorte cronológico escolhido são os meses de março e abril de 2014. Tal escolha se dá por se tratar do momento no qual o golpe militar de 1964 completava 50 anos e isto, juntamente com o fato de que haveria eleições gerais naquele ano e que a presidenta Dilma Rousseff, que fizera parte de grupos armados de oposição à ditadura, buscava a reeleição, tornava o assunto bastante presente no debate público brasileiro. Não é raro que, ao defender o regime ditatorial brasileiro, parlamentares se utilizem de comparações com outros países da América Latina, em especial aqueles que possuam governos de esquerda. Quando são estes os casos, é comum que sejam feitas acusações de violações de direitos humanos nestes países como forma de relativizar – e até mesmo justificar – os crimes cometidos pelos agentes da Ditadura; também é usual que estas menções sejam feitas de forma a invocar um sentimento de anticomunismo que legitimaria o rompimento da ordem democrática ocorrido em 1964. A compreensão dos usos deste tipo de discurso torna-se ainda mais significativa no momento atual, onde vê-se a ascensão de políticos da extrema-direita, pois permite inferir sobre as possíveis relações Brasil-América Latina em governos comandados por estes indivíduos.

Palavras-chave: Autoritarismo, América Latina, ditadura brasileira, direitos humanos.

INTRODUÇÃO

A ditadura brasileira nunca deixa, de fato, de ser tema de debates e discursos no Congresso Nacional, o que pode ser verificado a partir de uma busca superficial nos Anais da Câmara dos deputados, por exemplo. Contudo, é seguro afirmar que existem momentos nos quais este tipo de discussão é mais frequente e o tema é alvo de falas mais contundentes. Um destes momentos, sem dúvida é efeméride da passagem de 50 anos

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH-UDESC). Bolsista FAPESC. Contato: pisettagarca.hst@gmail.com.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



desde o golpe de estado que depôs João Goulart em 1964. Datas como estas proporcionam fontes interessantes para estudar estes eventos históricos pois, como bem disse Steve Stern (2000), se tratam de momentos e fatos tão marcantes que exigem comentários, interpretações e explicações – mesmo que sejam comentários, intepretações e explicações mentirosas e desinformativas. A análise do que se falava sobre a ditadura neste contexto permite um vislumbre interessante as intersecções entre esta temática e o contexto no qual os autores dos discursos estão inseridos. O que se propõe neste trabalho é a discussão das formas como este interesse público se manifestava no Congresso Nacional e dos temas que tangenciavam o assunto nas falas de parlamentares brasileiros, assim como a relação que se fazia deste tema com discursos sobre outros países da América Latina.

As fontes para fazer tal discussão são os Diários do Congresso Nacional, publicados *on-line* no site oficial da Câmara dos Deputados. Os Diários são os registros institucionais das sessões da Câmara Federal. Neles são transcritos, entre outras coisas, os projetos de leis discutidos, sejam eles originados na própria Câmara, no Senado Federal ou na Presidência da República. Também são registrados nestes documentos, os votos, discursos, debates e homenagens feitas por deputados e deputadas na tribuna. Foram analisadas as transcrições das sessões ocorridas próximas do “aniversário” do golpe militar de 1964: entre 15 de março e 15 de abril de 2014. Dentro destas sessões, foram levados em conta para o presente trabalho discursos que mencionassem a ditadura ou autoritarismo de alguma forma, seja diretamente ou indiretamente, e que mencionassem também países do subcontinente latino-americano.

Para o entendimento do trabalho aqui apresentado, é necessário que se compreenda, ao menos de maneira superficial, alguns dos ritos do Congresso Nacional. Em especial, creio ser importante diferenciar as possíveis definições da palavra “sessão” quando o assunto é Câmara ou o Senado Federal, a fim, também, de facilitar o diálogo entre este artigo e outras obras que venham a se debruçar sobre temas semelhantes. O primeiro destaque importantíssimo a ser feito é a diferenciação entre “sessão legislativa” e “sessão da Câmara”: a primeira é o nome dado ao calendário de trabalho legislativo anual, ou seja, é usada para designar um ano inteiro dos trabalhos da Câmara; a segunda é como se chamam as reuniões plenárias. Vale incluir que nenhuma das duas é sinônimo de “legislatura”, termo que significa o período de quatro anos dos mandatos dos deputados e



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



deputadas. Quando me referir à “sessão” neste trabalho, portanto, estarei falando sempre das reuniões, aquelas que são transcritas nos Diários do Congresso Nacional. Por fim, outra diferenciação necessária é entre os diferentes tipos de sessões da Câmara: preparatórias, deliberativas e não deliberativas. As preparatórias acontecem no primeiro e no terceiro ano dos mandatos dos deputados, quando são eleitos os membros da mesa diretora e a presidência da Casa. Deliberativas são as sessões “padrão” nas quais acontecem discussões e votações de projetos de lei. E as não-deliberativas são aquelas em que podem ocorrer debates e os parlamentares podem usar a tribuna para discursar, mas não há discussão ou votação de projetos de leis. Estas duas últimas são fontes para o artigo aqui apresentado, podendo ainda serem subdivididas em categorias mais específicas, conforme o Regimento Interno².

Para a análise dos discursos políticos, apoio-me nas elaborações de Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2009) acerca do uso de discursos e pronunciamentos como fontes históricas, em que o historiador recomenda uma análise “externa” e uma “interna”. A externa, neste caso, seria considerar o discurso dentro do contexto no qual foi pensado e proferido, como um produto da sociedade brasileira naquele momento, mas também como algo direcionado a esta sociedade específica e aos demais políticos que ouviam tais discursos – e mesmo a população que poderia acompanhá-los por meio da TV Câmara ou ouvir trechos na Voz do Brasil. A análise interna, por sua vez, seria encarar o discurso como algo por si só, também, analisando seu conteúdo, seus temas, suas possíveis intenções e até mesmo a forma como ocorre sua enunciação. Para isso, é necessário que sejam estudados diversos discursos de um mesmo contexto, compreendendo assim as regras que limitam e definem a produção destas falas.

O discurso não é transparente, não é uma lente ou um espelho através do qual vemos o que está fora ou para além dele simplesmente. O texto dos discursos tem uma espessura própria, tem uma existência própria, tem regras de constituição e de produção, tem uma estrutura interna que precisa ser analisada. Ele não é apenas reflexo de estruturas que o transcendem, mas possui estruturas imanentes que o sustentam e lhe dão

² Segundo o Artigo 65 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, as sessões deliberativas podem ser ordinárias (ocorridas de terça à quinta-feira iniciando às 14h) ou extraordinárias (ocorridas em outros dias e horários); já as sessões não-deliberativas poderiam ser de debates (ocorridas nas segundas ou sextas, organizadas de maneira similar às deliberativas ordinárias, mas sem discussão e votação de projetos de lei) ou solenes (comemorações ou homenagens) (BRASIL, 1989).



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



inteligibilidade, lógica, coerência, consistência, singularidade. Os discursos e os pronunciamentos não se singularizam, não ganham especificidade apenas por aquilo que lhe é exterior. A temporalidade e a historicidade de um discurso ou de um pronunciamento não se verificam apenas por aquilo que os cerca, mas estão inscritas e permitem a escritura do próprio texto (ALBUQUERQUE, 2009, pp. 237-238).

Paralelamente ao texto de Albuquerque Júnior, o estudo dos discursos políticos também se baseia metodologicamente em Céli Pinto (2006 e 2017). A autora traz elementos e discussões enriquecedoras este debate em específico, assim como faz uma análise de trajetórias discursivas que pode ser comparada às mudanças nos posicionamentos dos parlamentares brasileiros ao longo do tempo. Dentre os conceitos trazidos por Pinto, o de maior importância para a pesquisa proposta seria a ideia de discurso – e em especial a diferenciação do discurso político para outros tipos de discursos.

Diferente do discurso religioso ou do discurso científico, que se legitimam por reivindicar a verdade pela fé ou pelos paradigmas, o discurso político disputa espaço de verdade em uma contínua contenda com seus opositores, no interior da arena política. E nele, a prática articulatória é muito mais facilmente identificável, pois, ao buscar fixar sentido, torna explícito o embate entre diferentes posicionalidades (PINTO, 2017, p. 124).

De maneira complementar, vale notar ainda noções como a de cadeia de equivalência, significante vazio e significante flutuante, trazidos pela autora. A primeira consiste da articulação de diversos termos em uma única cadeia, em que a defesa de um ponto passa a significar, também, a defesa de todos os outros, sendo ignoradas as diferenças entre os diversos pontos encadeados. Trazendo para o contexto das análises dos discursos parlamentares, creio que o exemplo mais notório deste tipo de cadeia seria a resistência contra o governo ditatorial: grupos diversos, com posicionamentos inconciliáveis e mutuamente excludentes acabavam por estar lado a lado no combate ao autoritarismo. Já significante vazio configuraria um termo que, pela profusão de significados simultâneos, acaba por se distanciar do seu significado particular. Seria uma palavra ou frase que passa a significar toda uma cadeia de equivalências, como por exemplo o movimento Diretas Já, que superava o significado de defesa de eleições diretas e passava a significar a oposição ao arbítrio da ditadura e o apreço por valores



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



democráticos. Enfim, significante flutuante seria aquele que por ser abrangente demais, se descola de uma cadeia, possibilitando sua reivindicação por qualquer dos lados do debate político. Para esta pesquisa, o caso mais notório é o da “democracia”, que é usada tanto por defensores da ditadura (ao afirmar que os militares teriam garantido a democracia ao dar o golpe) quanto por seus críticos (que destacavam os elementos antidemocráticos estabelecidos pelo governo instaurado em 1964).

OS “ESPANTALHOS” DE CUBA E VENEZUELA: DISCURSOS PARLAMENTARES BRASILEIROS SOBRE A ESQUERDA NA AMÉRICA LATINA

No caso do “aniversário” do golpe em 2014, assim como fora em outros momentos marcantes, há uma onda de menções ao regime ditatorial que vigorou no país entre 1964 e 1985. Para compreender os pronunciamentos feitos sobre este assunto no Congresso em 2014, é essencial compreender o contexto político brasileiro deste momento. A presidenta Dilma Rousseff estava no último ano de seu primeiro mandato e buscava a reeleição em outubro. Ela enfrentava uma crise política grave, com uma popularidade que vinha piorando desde 2013, quando ocorreram manifestações generalizadas pelo país. Estes protestos também escancaravam uma crise representativa e uma crescente desconfiança da sociedade brasileira nas instituições democráticas do país. Os opositores do governo Dilma, ainda que em parte também sofressem desconfiança por serem parte da máquina política, viam na presidenta um alvo fácil, e usavam de diversificados artifícios argumentativos para promover suas agendas políticas e criticar decisões de Dilma e dos governos petistas. O governo, por outro lado, vinha em uma situação delicada, buscando maneiras de contornar os obstáculos apresentados e costurar alianças que permitisse uma vitória nas eleições de 2014. Neste contexto, o ambiente é perfeito para usos políticos da memória da ditadura, principalmente ao levar em consideração a associação praticamente imediata que se fazia entre a imagem de Dilma Rousseff e a luta contra o regime autoritário instaurado em 1964. A oposição fazia discursos criticando supostos crimes associados à esquerda armada, enquanto a base governista de esquerda destacava o valor da luta pela democracia travada por Dilma em sua juventude.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



O outro tema central deste artigo, os discursos destes parlamentares sobre países latino-americanos, também é explicado pelo contexto corrente do período. Tratava-se de um momento onde dois países da região ganhavam um destaque maior do que outros: Cuba e Venezuela. Os discursos mencionando estes países, de maneira a criticar a esquerda e, em específico, neste momento, os governos petistas, não eram raros antes e nem deixaram de ser comuns após 2014. Contudo, existem alguns eventos ligados a estes países que faziam com que fossem ainda mais lembrados.

Quanto a Cuba são dois fatos principais que incitam o debate sobre o assunto. O primeiro deles é o Programa Mais Médicos, do governo federal, que tinha por objetivo trazer médicos estrangeiros para suprir necessidades em cidades onde não houvesse profissionais brasileiros ou onde estes não tivessem interesse de atuar. Um dos países que enviou médicos ao Brasil foi Cuba, o que gerou revolta em setores da categoria dos profissionais da saúde brasileiros. Outro tema relacionado à ilha caribenha foi o do Porto de Mariel, construído no país por meio de um empréstimo feito pelo BNDES.

Em relação à Venezuela, o tema central era a crise política e econômica que duraria por vários anos e iniciava naquele momento. A partir de fevereiro de 2014 o país foi palco de numerosos protestos, geralmente críticos ao governo de Nicolás Maduro. As motivações principais foram aumentos nos índices de criminalidade e no custo de vida, e também na escassez de produtos básicos de alimentação e de higiene. Seria este último ponto o mais usado no parlamento brasileiro.

Alguns personagens se destacam quando o assunto são as menções à Cuba e Venezuela neste contexto. Um tipo de discurso que ocorre bastante, como seria esperado, é o de defesa da ditadura brasileira em contraponto aos problemas observados nos governos de Nicolás Maduro e Raul Castro, citando-os como exemplo do que poderia ter acontecido ao Brasil caso não houvesse a intervenção antidemocrática dos militares. Este tipo de pronunciamento possibilita uma análise que creio ser interessante, a partir dos conceitos elencados por Céli Pinto. Creio que neste tipo de fala, vinda de deputados de uma direita defensora do autoritarismo, configura-se o “comunismo” como um significante vazio. Ao criticar a ideia que chamam por este nome, não se está criticando necessariamente ideias ou grupos marxistas revolucionários, mas sim pessoas com posicionamentos contrários à ditadura como um todo, ou então simplesmente defensores de políticas de distribuição de



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



renda ou igualdade social. Há até mesmo que se destacar discursos, como o feito por Jair Bolsonaro (PP-RJ)³ no dia 21 de março de 2014, em que se contrapõe a mera proximidade do governo brasileiro com o cubano para afirmar a defesa do regime ditatorial.

O SR. JAIR BOLSONARO (Bloco/PP-RJ. Sem revisão do orador.) –
[...]

Vivemos agora uma crise de energia. Só no Governo do General Médici, aquele que aniquilou a Guerrilha do Araguaia e evitou que houvesse um massacre no coração do Brasil, construiu 15 hidrelétricas. Geisel e Figueiredo, depois, construíram outras tantas, entre elas Itaipu Binacional.

Que obra o PT fez nessa área até hoje? Nenhuma! A única obra do PT ao longo de 11 anos foi o porto de Cuba. Agora, a outra grande obra que está sendo comprovada é a desconstrução da Petrobras, através de roubalheira praticada...

Bolsonaro é o mais eloquente defensor do regime no período analisado. O deputado tenta obstruir a realização de homenagens às vítimas do regime e faz defesas de aspectos diversos da ditadura, quase sempre como forma de criticar os governos petistas e, de certa forma, exaltar a própria trajetória enquanto militar.

Há de se notar, contudo, que o tema não era monopolizado por esta extrema direita, e nem eram necessariamente todos os discursos que associavam a ditadura ocorrida no Brasil com as situações de países latinos que o faziam de maneira a defender o autoritarismo brasileiro abertamente. É o caso de Augusto Carvalho, do Solidariedade do Distrito Federal no dia 31 de março de 2014.

O SR. AUGUSTO CARVALHO (SDD-DF. Sem revisão do orador.) –
[...]

Hoje, 31 de março, faz 50 anos do fatídico dia que nos separa daquela ruptura da ordem constitucional, o golpe militar que, por longos anos, mergulhou o País nas trevas, com uma história de tortura, de assassinatos e de repressão de toda natureza: fim da liberdade de imprensa e da liberdade de reunião; perseguição aos intelectuais, aos sacerdotes e a todos os que foram demonizados pelos militares naquela fúria anticomunista que se implantou no País a partir de 1964. Essa repressão teve momentos de intensificação a partir da implantação do Ato Institucional nº 5.

[...]

³ A carreira de Jair Bolsonaro é marcada pela troca de partidos. Ao longo dos anos, já havia estado em agremiações como PDC, PTB e PPR. No momento aqui analisado, Bolsonaro era deputado pelo PP fluminense, mas viria a sair do partido ao longo do mandato, indo para o PSC e posteriormente para o PSL, pelo qual se candidataria à presidência em 2018, mas viria a deixar o partido no primeiro ano de mandato.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



Por exemplo, quando os comunistas, forças ponderáveis da Esquerda ou a única força de esquerda daquele momento proclamavam a necessidade de prorrogação ou de um segundo mandato para João Goulart por cima da Constituição.

Havia segmentos também golpistas dentro da Esquerda, e a Direita – claro – sempre conspirando desde o momento em que não aceitaram a posse do Vice-Presidente João Goulart em substituição ao renunciante, Presidente Jânio Quadros.

[...]

Vemos ainda na América Latina, aqui pertinho de nós, a Venezuela, que se aproxima de um momento muito grave, uma crise sem precedentes, com perseguições, assassinatos, violações dos direitos humanos, que nós imaginávamos que fosse página do passado. Aquelas ditaduras do Cone Sul infelicitaram a vida de brasileiros, de chilenos, de argentinos. Agora vemos um processo de crescente violência do Governo Maduro contra os setores da sociedade que clamam por democracia, que não aceitam a violação sistemática dos direitos humanos[...]

Lamentavelmente, vemos que o Brasil deixa o seu protagonismo, não exerce a liderança que reclama nesse momento grave da vida daquele povo irmão.

São reflexões que nós fazemos sobre esse passado obscuro, que nunca mais queremos ver repetido em nosso País, que, lamentavelmente, pesa sobre o povo irmão da Venezuela. Esse espectro de possibilidades terríveis poderá se consumir caso a escalada de violência, a omissão internacional e a paralisia da diplomacia brasileira não se façam sentir. Devemos agir rapidamente para criar soluções políticas, diplomáticas que levem à superação deste momento em que grupos armados são concitados pelo Presidente da República, o Sr. Nicolás Maduro, para o extermínio de opositores, para o confronto em flagrante desrespeito da legalidade naquele País.

Espero que o Itamaraty, que já tarda em assumir a sua posição, Sr. Presidente, diante desse passado que a nossa própria Presidente Dilma, combatente que foi da luta armada contra os golpistas do Brasil, apelando inclusive para a sua vida pregressa, possa fazer com que a nossa chancelaria exerça a liderança, exerça os movimentos possíveis para que a Venezuela trilhe o caminho da democracia, busque o caminho da conciliação e possa ser um dos alicerces da democracia, um dos santuários da prática do respeito aos direitos humanos, das liberdades democráticas, da liberdade de imprensa, pilar desse Estado democrático de direito, Sr. Presidente.

Este é um dos discursos mais interessantes para pensar as discussões que se fazem sobre os temas neste momento histórico. O autor faz diversas menções ao regime ditatorial brasileiro, ao governo petista e aos problemas enfrentados pelo país vizinho. Creio ser exemplar para compreender a complexidade dos discursos que se faziam sobre o tema. Ao mesmo tempo em que deixa claro seu rechaço pela ditadura e pelas violações dos direitos humanos, usa do discurso de que haveriam golpistas de todo lado do espectro político,



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
**HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE**
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



tirando, de certa maneira, o peso da intervenção feita pelos militares. Ao mesmo tempo, que exalta às ações de Dilma Rousseff contra o regime autoritário em sua juventude, é crítico da relação de seu governo com a Venezuela, acreditando que o Brasil estaria cedendo seu protagonismo na região ao se omitir da crise que lá ocorria. Este discurso traz ainda mais um elemento interessante dos discursos analisados: o “paternalismo” brasileiro com seus vizinhos. Ainda que sutil, a mensagem de Augusto Carvalho é perceptível: o Brasil deveria intervir para solucionar a crise venezuelana “de todas as maneiras possíveis”

O último discurso que destaco neste artigo é o de Paulo Foletto, do PSB do Espírito Santo no dia 21 de março de 2014. Nesta fala, o deputado, que não é de um partido normalmente associado à direita⁴, faz duras críticas ao programa Mais Médicos e associa Cuba ao trabalho escravo.

O SR. PAULO FOLETTO (PSB-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – [...] Sou médico e votei contra o programa por dois motivos: nós rasgamos a legislação que permitia o exercício da profissão médica no País; e, na verdade, o Programa Mais Médicos é uma exploração do trabalho humano. O cidadão, no papel, ganha 10 mil reais, só que 9 mil reais são entregues ao Governo de Cuba. E ele fica com uma renda inferior a mil reais.

V.Exa., que é um defensor dos direitos humanos, assim como a grande maioria dos Deputados, há de entender que esse contrato com a OPAS não valoriza o ser humano.

Este discurso explicita, de certa forma, a influência da imprensa nacional nos discursos feitos no plenário da Câmara. A temática dos salários dos médicos cubanos e sobre a sua atuação como um todo era tema de críticas e de notícias falsas ou falaciosas em diversos meios de comunicação nacionais. Esta fala não faz associação direta com a ditadura, mas por se inserir no contexto do “aniversário” do golpe em que menções às violações dos direitos humanos eram frequentes, creio ser seguro deduzir que a referência não era casual.

⁴ O PSB tem divisões geográficas bastante perceptíveis. No Nordeste é normalmente mais próximo da esquerda, possivelmente por influência de Miguel Arraes. No Sul e no Sudeste, se caracteriza por posicionamentos mais fisiológicos e menos ligados a um ou outro campo ideológico. No caso do Espírito Santo, há uma estreita ligação do partido com oligarquias locais.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



CONCLUSÕES

O que se percebe facilmente nas análises dos discursos que associam autoritarismo e países latino-americanos é que o tema é apropriado de maneiras diversas para defender posicionamentos políticos completamente diferentes entre si. Há uma inegável efervescência na discussão pública do autoritarismo em 2014, mas não necessariamente uma apreensão do que significou o autoritarismo no Brasil. O que se vê é uma disputa ainda em curso sobre a memória do período, onde defensores e opositores do regime se contrapõem em uma batalha pela versão dominante no debate público nacional.

Quanto às menções a países latinos, percebo dois pontos de destaque: o primeiro em relação a condescendência com a qual se tratam estes países, principalmente a Venezuela, no caso estudado. De certa forma, a impressão que fica destes discursos é de que creem que o Brasil deveria exercer certo imperialismo regional, uma visão que se assemelha até mesmo ao colonialismo, ao defender que o povo venezuelano precisaria ser “salvo” e que seria o papel do Brasil “salvá-lo”.

O segundo ponto é o que permanece presente até o presente: o destes países enquanto “espantalhos”. O uso de um discurso anticomunista para justificar o golpe de 1964 usando Cuba (e Venezuela, nestes casos) é algo que poderia ser encontrado em manifestações da direita nos anos 1960, da mesma maneira que não eixou de ser extremamente presente nos anos que seguiram o recorte aqui selecionado. Em 2016 este discurso legitimou⁵ a deposição de outra presidente eleita democraticamente. Em 2018, uma pesada campanha de notícias falsas foi usada para se fazer acreditar que a democracia brasileira correria risco caso o candidato petista vencesse a eleição, ao invés do defensor de longa data da ditadura, Jair Bolsonaro.

⁵ Ainda que não seja esta a justificativa técnica, acredito ser seguro dizer que esta ideia estava intimamente ligada ao tipo de discurso que se usou no impeachment de Dilma.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
**HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE**
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



REFERÊNCIAS

AARÃO REIS FILHO, Daniel; (Org.); RIDENTI, Marcelo (Org.); MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **A ditadura que mudou o Brasil - 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. As Sombras Brancas: trauma, esquecimento e usos do passado. In: VARELA, F.; MOLLO, H. M.; PEREIRA, M. H. F.; MATA, S. (Org.). **Tempo Presente & Usos do Passado**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2012.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. Discursos e Pronunciamentos: a dimensão retórica da historiografia. In: Carla Bassannezi Pinsky e Tânia Regina de Luca. (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, v. 1, p. 223-250.

BAUER, Caroline Silveira; NICOLAZZI, Fernando. O historiador e o falsário: usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea. **Varia Historia** (UFMG. Impresso), v. 32, p. 807-835, 2016.

BAUER, Caroline Silveira. O debate legislativo sobre a criação da Comissão Nacional da Verdade e as múltiplas articulações e dimensões de temporalidade da ditadura civil-militar brasileira. **Anos 90** (online), Porto Alegre, v. 22, p. 115-152, 2015.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, jan/jun. 2012.

FICO, Carlos. Violência, trauma e frustração no Brasil e na Argentina: o papel do historiador. **Topoi** (Online), v. 14, p. 239-261, 2013.

HUYSSSEN, Andreas. **Resistência à memória**: usos e abusos do esquecimento público. Porto Alegre: 2004.

JELIN, Elizabeth. ¿De qué hablamos cuando hablamos de memorias?. In: JELIN, E. **Los trabajos de la memoria**, Espanha: Siglo Veintiuno, 2001.

JELIN, Elizabeth. Memoria y democracia. Una relación incierta. **Política/Revista de Ciencia Política**, v. 51, nº 2, pp. 129-144, 2013.

JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 204 - 251, jan./mar. 2018.

MAITINO, Martin Egon. Direita, sem vergonha. **Plural** (Online), São Paulo, v. 25, p. 111-134, 2018.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
**HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE**
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



MARTINS FILHO, João Roberto. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. **Varia História**, UFMG, n. 28, dez. 2012.

MOTTA, R. P. S. História, Memória e as disputas pela representação do passado recente. **Patrimônio e Memória** (UNESP), v. 9, p. 56-70, 2013.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. 2. ed. Niterói: Eduff, 2020.

MOTTA, R. P. S.; REIS FILHO, D. A. (Org.); RIDENTI, M. (Org.). **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru: EDUSC, 2004.

NAPOLITANO, M. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**, Londrina, v. 8, p. 9-44, 2015.

PINTO, Celi Regina Jardim. A trajetória discursiva das Manifestações de Rua no Brasil (2013-2015). **Lua Nova** (Impresso), v. 100, 2017.

PINTO, Céli Regina Jardim. Tempos de pós-democracia: ausência do povo. **Tempo e Argumento**, v. 9, p. 472-481, 2017.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François [et al.]. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 2007.

RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da Revolução Brasileira**. São Paulo: Unesp, 1993.

ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In. MARTINS FILHO, João Roberto (org.). **O golpe de 1964 e o regime militar**. São Carlos: Ed. UFSCar, 2006.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo**. Trad. Fernando Coelho e Fabrício Coelho. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2016.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

STERN, Steve J. De la memoria suelta a la memoria emblemática: hacia el recordar y el olvidar como processo histórico (Chile, 1973-1998). In: GARCÉS, Mario et alli (orgs.), **Memoria para un nuevo siglo**. Chile miradas a la segunda mitad del siglo XX, Santiago: LOM, 2000.

TELES, Edson e QUINALHA, Renan. **Espectros da ditadura: da Comissão da Verdade ao Bolsonaroismo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



Fontes

Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano LXIX, nº 31, 15/03/2014.
Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano LXIX, nº 32, 18/03/2014.
Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano LXIX, nº 33, 19/03/2014.
Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano LXIX, nº 34, 20/03/2014.
Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano LXIX, nº 35, 21/03/2014.
Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano LXIX, nº 36, 22/03/2014.
Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano LXIX, nº 37, 25/03/2014.
Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano LXIX, nº 38, 26/03/2014.
Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano LXIX, nº 39, 27/03/2014.
Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano LXIX, nº 40, 28/03/2014.
Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano LXIX, nº 41, 29/03/2014.
Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano LXIX, nº 42, 01/04/2014.
Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano LXIX, nº 43, 02/04/2014.
Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano LXIX, nº 44, 03/04/2014.
Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano LXIX, nº 45, 04/04/2014.
Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano LXIX, nº 46, 05/04/2014.
Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano LXIX, nº 47, 08/04/2014.
Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano LXIX, nº 48, 09/04/2014.
Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano LXIX, nº 49, 10/04/2014.
Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano LXIX, nº 50, 11/04/2014.
Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano LXIX, nº 51, 12/04/2014.
Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano LXIX, nº 52, 15/04/2014.